

Superior Tribunal de Justiça

PET no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.308 - RS (2019/0266602-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : BANCO CATERPILLAR S.A
REQUERENTE : PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
ADVOGADOS : ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI - PR039274
RAFAEL CORDEIRO DO REGO - PR045335
REQUERIDO : BPNS SERVICOS DE ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADOS : JOÃO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR - RS040315
LAURENCE BICA MEDEIROS - RS056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS080362
IURI CARLOS ZANON - RS114236

DECISÃO

Trata-se de petição dos requerentes BANCO CATERPILLAR S.A. e PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A. (e-STJ fls. 108/113), em que alegam perda superveniente do objeto da liminar, sob alegação de que não foi admitido o recurso especial interposto contra acórdão que manteve a decisão que deferiu a medida liminar de busca e apreensão.

A requerida manifestou-se às fls. 137/141 (e-STJ).

Decido.

Inicialmente, o simples fato de ter sido inadmitido o recurso especial não torna prejudicado o efeito suspensivo, tendo em vista ter sido interposto agravo contra a decisão da Presidência do Tribunal de origem.

Assim, no caso em análise, persistem os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris* para atribuir efeito suspensivo ao recurso.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de declaração da perda superveniente do objeto da liminar.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator